

## INSPEÇÃO ESCOLAR: ATUAÇÃO NO PROCESSO DEMOCRÁTICO DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO

### SCHOOL INSPECTION: ACTION IN THE DEMOCRATIC PROCESS OF INSTITUTIONS OF TEACHING

Érica Giaretta Biase

Faculdade Católica de Uberlândia  
ericabiase@yahoo.com.br

Ivana Ferreira dos Santos

Universidade Federal de Uberlândia  
Ivana\_iane@yahoo.com.br

**Resumo:** Este estudo buscou promover uma discussão teórica do processo de formação do Inspetor Escolar numa perspectiva democrática da educação. Nesse sentido, foi necessário compreender as políticas educacionais; e identificar os aspectos relevantes, para a formação de Especialistas. Diante disso, surgem as seguintes indagações: como tem ocorrido a formação dos especialistas em educação na área da inspeção escolar a partir da perspectiva democrática? Quais são as atribuições do inspetor escolar na gestão democrática? Historicamente, o surgimento do trabalho da inspeção escolar no Brasil iniciou com a vinda dos Jesuítas. A partir daí transformações aconteceram no cenário político e educacional no país, o que contribuiu para a democratização do ensino e a busca de um novo perfil deste profissional. Os cursos de graduação em Pedagogia e de pós-graduação lato sensu têm grande responsabilidade na formação deste profissional, no desenvolvimento de um ensino com bases epistemológicas centradas no contexto filosófico, sociológico, político, social, histórico, econômico e cultural. Dessa forma, o estudo teórico, a princípio partiu do levantamento bibliográfico sobre a temática. E, após a seleção do material coletado, utilizou-se das análises textuais e interpretativas das fontes selecionadas. Dessa forma, recorreu-se a vários teóricos e pesquisadoras da área como Santos Filho (2006), Veiga (2003), Gadotti (2000), Barbosa (2008), entre outros. Assim, as instituições educacionais necessitam de profissionais preparados como uma formação acadêmica solidificada para atuarem no processo ensino aprendizagem na construção de uma educação baseada nos princípios da democracia, da inclusão e da formação humana. Portanto, o inspetor escolar deve atuar como gestor educacional estimulando o trabalho em equipe, o diálogo entre os profissionais da educação, a busca por novas técnicas e metodologias de ensino, valorizar as experiências dos envolvidos no processo e integrar a comunidade na solução dos problemas, na busca por um processo construtivo e integrador de ensino.

**Palavras-chave:** Inspeção Escolar. Educação. Democracia. Gestão.

**Abstract:** This study aimed to promote a theoretical discussion of the process of formation of the school inspector from a democratic point of education. In this sense, it was necessary to understand educational policies; And identify the relevant aspects, for the training of Specialists. In view of this, the following questions arise: how has the formation of specialists in education in the area of school inspection occurred from a democratic perspective? What are the responsibilities of the school inspector in democratic management? Historically, the emergence of school inspection work in Brazil began with the arrival of the Jesuits. Since then, transformations have taken place in the political and educational scenario in the country, which has contributed to the democratization of teaching and the search for a new profile of this professional. Undergraduate courses in Pedagogy and post-graduate studies have a great responsibility in the formation of this professional, in the development of a teaching with epistemological bases focused on the philosophical, sociological, political, social, historical, economic and cultural context. In this way, the theoretical study, in the beginning started from the bibliographical survey on the subject. And, after the selection of the collected material, we used the textual and interpretative analyzes of the selected sources. In this way, several theorists and researchers of the area were used as Santos Filho (2006), Veiga (2003), Gadotti (2000), Barbosa (2008), among others. Thus, educational institutions need professionals prepared as a solidified academic formation to act in the learning teaching process in the construction of an education based on the principles of democracy, inclusion and human. Therefore, the school inspector should act as an educational manager stimulating teamwork, dialogue among education professionals, the search for new teaching techniques and methodologies, valuing the experiences of those involved in the process and integrating the community in the solution of problems, In the search for a constructive and integrative teaching process.

**Key words:** School Inspection. Education. Democracy. Management.

## Introdução

Ao longo do processo histórico da educação brasileira, as propostas de formação e construção do papel do inspetor no processo educacional se baseiam numa política

democrática. E promissora de mudanças no ensino com olhares voltados para as questões políticas, culturais, pedagógicas.

O interesse em delinear e discutir a questão da formação dos gestores educacionais centralizadas, a priori, no inspetor escolar surge diante das discussões no cenário educacional e na tentativa de formação de um “novo” perfil deste profissional, que historicamente é visto como um fiscalizador.

Diante deste cenário surge à problemática que norteou a proposta de trabalho: o que deve ser priorizado na formação do Inspetor Educacional dentro de uma proposta democrática de ensino?

Nessa perspectiva acredita-se que a pesquisa perpassa uma dimensão científica e social e estende a dimensão histórica e política numa proposta dinâmica e transformadora da educação brasileira.

Por isso, o intuito principal do estudo foi analisar o processo de formação do Inspetor Educacional numa perspectiva democrática da educação. Para isso fez-se necessário compreender historicamente a formação dos gestores educacionais, em especial, o Inspetor Educacional a partir das inovações nas políticas educacionais; E identificar os principais aspectos relevantes, a priori, para a formação dos gestores educacionais – Inspeção Escolar – num processo de gestão política, administrativa e pedagógica transformadora da educação.

Assim, acredita-se que a abordagem temática em estudo tem seu papel na construção de uma realidade centralizada no processo de formação dos principais profissionais responsáveis a desenvolver e acreditar numa educação de qualidade. Por isso, faz-se necessário analisar os cursos de pós-graduação na área da educação, enfocando o processo de formação continuada.

Para a realização deste estudo utilizou-se da pesquisa bibliográfica a fim de situar a temática e buscar parâmetros, conceitos, definições e estudos de diversos pesquisadores dentro da proposta pesquisada. Também, foi necessário utilizar-se da pesquisa documental para a maior compreensão do tema e fundamentação dos objetivos propostos.

Como método fez-se necessário utilizar-se do método dedutivo, no qual a análise geral do tema proporcionará uma discussão real e concreta do assunto proposto, contribuindo para uma interação mais próxima do tema.

Adotou como procedimentos técnicos para a pesquisa bibliográfica a análise textual, temática e interpretativa das obras em estudo. E para a pesquisa documental a análise histórica dos documentos encontrados.

## **Gestão Escola Democrática**

A tendência atual das reformas educacionais, em curso nas últimas décadas, em vários países do mundo, inclusive no Brasil, tem na gestão da educação e da escola um de seus pilares de transformação. A posição hegemônica nessas reformas defende o início de uma mudança radical na maneira de pensar e implementar a gestão dos sistemas educativos concentrada, principalmente, na instituição escolar e sua autonomia.

Nesse sentido, uma das principais políticas educacionais no Brasil são a descentralização educativa e a descentralização escolar. Esta última promove a autogestão institucional. Tudo isso indicam uma tendência à fragmentação do sistema educativo das políticas de gestão em curso, sustentadas pelos conceitos de autonomia, descentralização, flexibilidade, individualização, poder local etc. Assim, a gestão de pessoas assume importância estratégica, cabendo a ela assegurar práticas que possibilitem um ambiente de trabalho saudável e propício ao desenvolvimento individual, interpessoal e institucional.

Dessa maneira, os aspectos essenciais que devem ser levados em consideração na gestão de pessoas é o clima organizacional, a cultura organizacional, a estrutura de poder, a clareza das estratégias, dos objetivos e das metas institucionais, a gestão do conhecimento e do desempenho, e as relações interpessoais pelo impacto que têm nos resultados institucionais.

As atividades de gestão de pessoas devem assegurar um ambiente de trabalho seguro, possibilitando bem-estar, motivação, iniciativa, criatividade, desenvolvimento do potencial das pessoas e a satisfação dos seus profissionais.

Nessa perspectiva, é notório verificar se há definição de indicadores de satisfação das

peças e de metas de melhoria, das condições de trabalho de cada um, e os diferentes tipos de vínculo das pessoas com a organização e entre si. Para isto se faz necessário um diagnóstico organizacional com o objetivo de mapear de forma sistêmica o momento institucional atual e a partir dos dados levantados proporem ações de melhoria na busca da excelência da gestão.

Além disso, a gestão escolar não se esgota no âmbito da escola. Ela está estreitamente vinculada à gestão do sistema educativo. Assim uma gestão escolar comprometida e responsável deve propor a construção de instituições autônomas com capacidade de tomar decisões, elaborar projetos institucionais vinculados às necessidades e aos interesses de sua comunidade, administrar de forma adequada os recursos materiais e escolher as estratégias que lhe permitam chegar aos resultados desejados e que, em seguida, serão avaliados pelas autoridades centrais.

Padilha (2001) comenta que a gestão escolar é uma peça fundamental do processo de transformação educativa. Constitui um espaço de interação com os alunos e o local onde se constroem as condições objetivas e subjetivas do trabalho docente – ainda que sob as múltiplas determinações do sistema educacional e da própria sociedade.

Portanto, com base nessas reflexões podemos afirmar que, ao pensar a gestão escolar, estamos necessariamente erguendo uma ponte entre a gestão política, a administrativa e a pedagógica. Ou seja, a gestão escolar não começa nem termina nos estabelecimentos escolares, constituindo-se num processo coletivo, dialógico, dinâmico, político que exige reflexão, busca de conhecimentos amplos, autonomia na busca de promover uma educação de qualidade com equidade.

O projeto político pedagógico, de acordo com Veiga (2003) surge no contexto educacional com a necessidade de criar instrumentos para gerir, efetivamente, mudanças na prática escolar. Isso envolve a maneira de pensar e implementar a gestão dos sistemas educativos concentrada, principalmente, na instituição escolar e sua autonomia. Assim, buscam estabelecer as características e funções da gestão democrática, inserção e participação da comunidade escolar e a construção da autonomia na escola.

Dessa forma, a essência de uma política democrática no âmbito da gestão escolar envolve a descentralização e a participação coletiva. Isto significa que as instituições escolares devem elaborar sua proposta pedagógica, administrar seu pessoal e recursos materiais e financeiros. Além disso, precisa assegurar o cumprimento dos dias letivos, prover meios para a recuperação dos alunos, reestruturação curricular baseada na leitura da realidade, conferindo a singularidade e a igualdade de condições dos envolvidos e articular com as famílias e a comunidade o processo de integração da sociedade na escola.

Nessa perspectiva, compreende-se que o trabalho pedagógico, segundo Gadotti e Romão (1997) atua como instrumento de participação democrática. Então a escola deve procurar elementos ou ações capazes de intervir na comunidade, alicerçando em bases legais, atendendo as características e as aspirações dos inseridos no processo. E, também, demonstrar eficiência à diversidade curricular e desenvolver uma avaliação formativa e processual.

Inclusive, para a construção da autonomia escolar é fundamental o comprometimento de todos no projeto pedagógico. Dessa forma, Freitas (2007) diz que as modificações e aperfeiçoamentos são constantes no processo de execução do projeto. A definição de ações educativas e os objetivos pretendidos devem relacionar-se com a realidade local, transpondo os muros da instituição, rompendo barreiras das diferenças, estabelecendo parcerias e promovendo ações de mediação na busca da autonomia administrativa, jurídica, financeira e pedagógica escolar.

Nesse sentido, a organização escolar com o propósito numa gestão democrática participativa deve promover atividades de estudo e pesquisa na área educacional. Estimulando o espírito de investigação e a criatividade de todos os profissionais envolvidos na educação. E criando condições para a formação permanente desses profissionais no processo ensino aprendizagem, assim como a valorização dos profissionais do magistério.

Por tudo isso, cabe à escola, juntamente com o projeto político pedagógico, assumir uma prática de ensino condizente à realidade, entorno social e aspirações. E ainda, conferir ao seu currículo, projetos emancipatórios constituindo atitudes coletivas, flexíveis e democráticas. Promover um sistema de avaliação dialógica, integrar e valorizar as singularidades na busca de mudanças efetivas na prática educacional.

## O papel do inspetor escolar no processo democrático

A Inspeção Escolar está ligada a vários fatores que contribuem com o processo democrático da comunidade escolar. Evidentemente, nem sempre foi assim. A própria expressão linguística nos remete à história, desde o Brasil colonial, de que o ato de inspecionar nos lembra do ato de fiscalizar, observar, examinar, verificar, olhar, vistoriar, controlar, vigiar...

Porém, atualmente, a figura deste profissional nas Instituições Escolares proporciona uma estreita ligação entre os outros órgãos do Sistema Educacional, quer sejam Secretaria quer sejam Regionais e Unidades Escolares, para garantir a aplicação legal do regime democrático. Por isso, o Inspetor tem uma grande concentração nos aspectos Administrativos, Financeiros e Pedagógicos das Unidades Escolares, trabalhando inclusive, como agente sociopolítico. (SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO/MG,1983).

Neste sentido, o Inspetor Escolar trabalha estreitamente com a gestão de pessoal. Está sempre preocupado com a veracidade e atualização da escrituração e organização escolar para proporcionar segurança no processo de arquivos e no futuro, próximo e até cem anos, esteja resguardada para servir de acervo de pesquisas históricas ou da situação funcional dos servidores que almejam a aposentadoria.

Isto acontece, inclusive, com os documentos informativos da vida escolar dos alunos. Em qualquer tempo, as pessoas poderão procurar a sua instituição escolar de origem para requerer um novo documento, Histórico Escolar, por exemplo.

O Inspetor Escolar está sempre imaginando as possibilidades do futuro, pois não se sabe quando alguém que conhece e trabalha na instituição Escolar ainda estará ou nem se lembrará das situações, casos ou momentos ocorridos; ou seja, as equipes de trabalhos estão sempre se renovando e acaba necessitando de uma Escrituração dos fatos, ato na Organização escolar muito bem definida para resguardar a integridade de todo arquivo (Atas, Diários de Classe, Fichas individuais e entre outros).

Inclusive, como o Inspetor Escolar está sempre em contato com as comunidades escolares e tem um papel importante na comunicação entre os órgãos da administração superior do sistema e os estabelecimentos de ensino que o integram, “volta-se para: organização e funcionamento da escola e do ensino, a regularidade funcional dos corpos docente e discente, a existência de satisfatórios registros e documentação escolar...” (SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO/MG,1983).

Por isso, este profissional, como prática educativa, se torna um importante agente político e de caráter pedagógico do sistema, pois poderá sugerir mudanças de estratégias nas decisões dos órgãos do sistema para promover uma implementação organizacional mais ampla e democrática para garantir acesso de toda sociedade nas Instituições Escolares, ao conhecimento e à cultura.

Pensando nisso, os estudos e aplicação das normas do Sistema observadas pelo Inspetor Escolar, o faz posicionar diante de uma pragmática de educação, sociedade, modelos de organização e funcionamento, prática pedagógica e valores das práticas de conscientização e discussões. Dessa foram, como discute Barbosa (2008) o trabalho que o inspetor executa deve ser repercutido a toda equipe da escola de forma que ocorra uma discussão coletiva na operacionalização do trabalho pedagógico e administrativo.

Ainda, conforme Barbosa (2008), o trabalho do inspetor depende da participação de todos os segmentos da escola, de forma responsável para o desenvolvimento de uma prática pedagógica com sucesso. É necessário também que os profissionais envolvidos no processo façam constantemente a avaliação dos resultados obtidos desse trabalho conjunto, a fim de diagnosticar a qualidade desse empreendimento educacional, e buscar alternativas que possam melhorar a prática educativa.

Nesse processo democrático de educação, a inspeção escolar tem um papel fundamental e uma ação direcionada a acompanhar e orientar a equipe da escola, subsidiando-os nos seus aspectos pedagógicos e administrativos. Dessa forma, deve propiciar a melhoria do processo ensino aprendizagem, e se integrando como um profissional dentro da instituição escolar responsável pelo processo educativo. Para isso este deve conhecer a realidade escolar e se interar dos fatos com clareza nos diversos ambientes da instituição, propiciando uma intervenção mais segura e justa.

As ações do Inspetor não se limitam, evidentemente, apenas nas aplicações de normas,

mas, também, nas ações de revisão ou mudanças na legislação, numa perspectiva crítica adequada à realidade social a que se destina, dando conhecimento à administração do Sistema das consequências da aplicação dessas mesmas normas.

Sob o ponto de vista Ideológico, o Inspetor Escolar quando age criticamente nos aspectos educacionais no momento da aplicação da legalidade pode contribuir nas reformulações das leis, fazendo o legislador legislar sob o ponto de vista do ato de educar. Ou melhor, o Inspetor converte o conteúdo ideológico da legislação do ensino em diretrizes capazes de orientar a ação dos agentes do Sistema. Por isso, é um agente Político. (SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO/MG,1983).

Portanto, o papel do Inspetor Escolar no processo democrático é de fundamental importância social sob o ponto de vista educacional, pois se torna os “olhos”, a presença ou a representação, a ação do Estado ou do órgão executivo e Legislativo “in loco”, nas Instituições de Ensino. Inclusive, por causa da aplicação das normas que podem ser verificada a sua adequação na práxis operativa do Sistema Educacional.

Por fim, o processo democrático, na função do Inspetor, é captar os efeitos da aplicação da norma com o objetivo de promover a desejada adequação do “formal” ao “real” e vice-versa com uma função Comunicadora, Coordenadora e Reinterpretadora das orientações e informações das bases do sistema.

### **Formação do inspetor escolar**

Ao longo da história, percebe-se que as instituições de ensino superior apresentam características políticas, econômicas, intelectuais, jurídicas próprias que exigem e necessitam ser avaliadas e reavaliadas. Essas avaliações apontam algumas das principais crises enfrentadas por esses estabelecimentos, ora crises de gestão, ora pedagógicas, de autonomia, de modelo, de função. Isto é, crise que afetam a qualidade do processo de construção do conhecimento.

O processo de avaliação institucional vem ao encontro da busca de qualidade da academia, defendido e discutido por muitas décadas com o intuito de transformar o ensino superior. Santos Filho (2006) diz que a educação superior “tem o papel de formar jovens capazes para desempenhar uma atividade profissional útil à sociedade, prepará-los para exercer o papel de cidadãos numa sociedade democrática e ajudá-los a compreender e a partilhar a cultura comum ocidental” (p.2).

Diante deste contexto, observa-se que o ensino ministrado nas IES – Instituições de Ensino Superior tem enfrentado vários aspectos que afetam a eficiência e eficácia de uma educação com reflexões filosóficas, sociológicas, sociais e culturais. E integradora de um processo mais amplo de conhecimento.

Compreende-se, a partir disso, que os estudantes são os principais afetados com os problemas que permeiam o contexto acadêmico, pois as deficiências educacionais constroem mentalidades desfragmentadas, produzem uma estupidez e imbecilidade generalizada, seres reprodutores de conhecimentos prontos e acabados e um comodismo sem questionamentos, descobertas e curiosidades imprescindíveis ao contexto universitário.

Além disso, como afirma Santos Filho (2006), os estudantes do ensino superior têm demonstrado muitas dificuldades no seu processo de ensino aprendizagem devido às deficiências trazidas do seu processo de formação anterior e continua apresentando-as no decorrer do ensino superior: tem dificuldades em ler, compreender e escrever textos com desenvoltura; desconhecem grandes mestres da literatura universal, desvalorizam a história e peculiaridades da cultura brasileira.

E ainda, as IES têm priorizado a formação profissional/especialização nos cursos de graduação, que deveria ser estendida para a pós-graduação; não valorizam a formação geral e cultural dos estudantes como um processo a ser construído a partir de realidade concreta, na busca de uma construção coletiva do conhecimento; despreza as carências educacionais e culturais trazidas pelos estudantes. E com isso não consegue superar a fragmentação do conhecimento, muito menos a organização estrutural e a prática didática - metodológicas desenvolvidas nas disciplinas.

Veiga (1997) enfatiza que o ensino superior deve se preocupar na organização do seu trabalho pedagógico na busca de atingir suas funções prioritárias que são a pesquisa, a produção e a disseminação do conhecimento. Então, a fragmentação do conhecimento e das ações gera desconhecimentos do todo, limitações e impedimentos no desenvolvimento de atividades

vinculadas ao processo de ensino, pesquisa e extensão mais amplos e consistentes.

Nesse sentido, numa sociedade democrática moderna, Santos Filho (2006), aponta que a educação desde o ensino fundamental até ao ensino superior deveria preocupar em desenvolver alguns princípios básicos de formação, isto é,

- (1) transmitir às novas gerações o que há de mais válido da herança cultural da humanidade;
- (2) oferecer aos jovens e adultos a possibilidade de compreensão da cultura de seu tempo e de seu país;
- (3) fornecer as bases teóricas dos principais ramos do saber;
- (4) fornecer as bases metodológicas dos principais campos do conhecimento;
- (5) desenvolver nas pessoas habilidades ou competências básicas para o enfrentamento dos desafios do futuro (SANTOS FILHO, 2006, p.10).

Neste processo de elaboração e construção do conhecimento no ensino superior, observa-se que os currículos institucionais das IES precisam ser analisados e reelaborados na busca de uma educação formativa, com expressões de coletividade, humanidade. Deve partir com instrumentos de superação da permanente tensão entre o indivíduo e o coletivo, entre a liberdade e o controle, entre a independência e a interdependência.

Ristoff (1999) aponta que a educação superior deve ter o compromisso com a formação do homem, ou seja, independente da sua profissão, seja engenheiro, advogado, psicólogo, agrônomo, professor, o homem é ser humano e necessita muito mais do que um emaranhado de técnicas, métodos, receitas e fórmulas. Assim, formar o ser humano exige competências que vão além do conteúdo curricular e estende ao processo social, político, cultural, pedagógico, avaliativo e econômico. Dessa forma, compreende-se que a formação universitária deve ir além do profissionalismo e da individualidade. Para isso, a atividade docente deve estender além da sala de aula e dos laboratórios e ultrapassar os limites do campus. Além disso, processar as potencialidades humanas e matérias numa dimensão da socialização e democratização do acesso ao saber, pesquisa e extensão, na construção de uma sociedade justa, solidária e com qualidade de vida.

Veiga (1997) acredita que a transformação da educação superior numa perspectiva construtiva, participativa e democrática deve organizar o trabalho pedagógico e redimensionar o conhecimento acadêmico dentro de uma proposta integradora e interdisciplinar. Assim, toda a equipe precisa ter conhecimento do global e compromisso com a tarefa educativa. Incentivar, motivar e envolver o estudante na compreensão do mundo e da sociedade em seu sentido mais global.

Assim, verifica-se que a educação superior tem se distanciado da sua verdadeira função enquanto construtora de conhecimentos e referência nas discussões políticas, culturais, econômicas, ambientais, tecnológicas da sociedade. E tem se preocupado mais com questões burocráticas e administrativas que não acrescentam avanços ao processo de construção do conhecimento.

Dessa forma, em especial os cursos de pedagogia devem partir de uma educação mais humanizadora na busca de atender as novas exigências do mercado de trabalho numa perspectiva democrática, inclusive com propostas inovadoras tanto no sistema curricular, como no processo de avaliação. Assim, professores, especialistas – supervisores e inspetores – e demais profissionais na educação devem ser preparados para desenvolver um trabalho diferencial nas instituições educacionais.

Nesse sentido, a Lei de diretrizes e bases da Educação n. 9394/1996 articula em seu Art. 61 a importância da formação dos profissionais da educação e enfatiza a importância da teoria e prática estarem interligadas uma com a outra. Além disso, os cursos de formação, sejam de pedagogia ou de pós-graduação, deveriam valorizar o processo de formação trazido pelos alunos e suas experiências profissionais e acadêmicas, a fim de incentivar e motivar os acadêmicos em novas descobertas e ampliação de horizontes e perspectivas de mudanças.

Na formação do Inspetor Educacional, foco central da pesquisa, desde a Lei de diretrizes e bases da Educação n. 5692/1971 no Art. 33, a preparação deste especialista educacional acontece em curso superior de graduação ou de pós-graduação. A diferença é que na Lei de diretrizes e bases da Educação n. 9394/1996 destaca que essa formação deve ser garantida nos cursos de graduação

em pedagogia. Não mais nos cursos superiores de graduação com duração plena ou curta. E em nível de pós-graduação, desde que seja garantida a base comum nacional.

Como ressalta Barbosa (2008), a formação do inspetor escolar no contexto brasileiro desde sua criação com a vinda dos Jesuítas ao Brasil em 1549 até aos dias atuais tiveram grandes transformações no decorrer do processo político, ideológico e histórico da educação. E muitas mudanças ainda deverão acontecer, pois este é um processo lento, que requer a prática de novas experiências com muitas e idas e vindas à construção de ideias e saberes regados com sensatez, originalidade, autonomia, criatividade, postura crítica e valorização do humano.

Depois de alguns anos a Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional 4020/1961 é aprovada e o inspetor passa a ser submisso às normas Estaduais. Nesta norma, a qualificação deste profissional é mensurada.

A Lei 6592/1971 altera a legislação anterior e a ação a Inspeção Escolar é ampliada com atuação também na rede particular na inspeção estadual. Alterações, também, foram destacadas quanto à formação acadêmica do Inspetor escolar. Este deveria ter formação específica em nível superior e antes de tudo ser um educador preparado na área específica.

Neste contexto, compreende-se que o processo de formação do Inspetor escolar como gestor da educação deve orientar, preventivamente, as ações desenvolvidas na escola para o cumprimento legal e eficaz de suas finalidades. Analisar e propor medidas necessárias para regularização de vida escolar do aluno. Acompanhar a elaboração dos critérios de atendimento da matrícula dos alunos, de acordo com o número de vaga, considerando a demanda escolar. Analisar, junto à equipe pedagógica, os casos de classificação e reclassificação, dando as devidas orientações. Participar e apreciar as atividades culturais promovidas pela escola.

### **Considerações finais**

As transformações políticas, sociais e educacionais exigem da sociedade o atendimento à diversidade, na construção de uma cidadania plena. Com esta mudança de concepção, os sistemas educativos de formação dos gestores educacionais – professores, supervisores e inspetores escolares – devem desenvolver projetos e programas a partir das diferentes características e necessidades das crianças e dos adolescentes que esses profissionais irão trabalhar.

Nessa perspectiva, os especialistas que irão atuar nas instituições educacionais, devem ter uma visão integradora, e procurar desenvolver um ambiente propício à conscientização das práticas discriminatórias. A partir disso, devem-se criar espaços acolhedores com o objetivo de construir uma educação democrática e dialógica. Neste contexto, é necessário que os profissionais inseridos na dinâmica de ensino estejam em busca de novas perspectivas e num processo formativo permanente.

Além disso, o papel do inspetor escolar, neste contexto de gestão democrática, deve fundamentar-se nos valores de reciprocidade, afetividade e apoio mútuo. Isso significa que o ponto de partida para acontecer à transformação do ensino deve-se privilegiar a prática cooperativa entre os profissionais da educação e alunos.

Acredita-se, que as instituições de ensino são os melhores espaços para o desenvolvimento da reflexão coletiva entre os profissionais da área. Então, o Inspetor escolar deve inserir neste contexto para promover e enriquecer as ações. Pois, seu objetivo principal é a formação humana definida dentro da contextualização histórica na construção de uma sociedade inclusiva e justa, para efetivar a equidade.

Nesse sentido, é importante salientar que os termos diversidade e igualdade remetem a caminhos que nos revelam que somos diferentes uns dos outros num processo abstrato de construção do ser humano. Entretanto, a superação dessas duas realidades são tarefas que devemos persistir em uma proposta de educação democrática e inclusiva. Pois, como já aponta Vygotsky, os princípios do desenvolvimento humano são semelhantes para todos os indivíduos. Dessa maneira, toda criança deve ter seu direito de ser educada. Cabe, aos agentes desse processo desenvolver a sensibilidade, o afeto e ambientes favoráveis para o desenvolvimento das potencialidades de cada um. O inspetor também é um responsável na construção deste processo.

Neste processo educativo de constante busca ao desenvolvimento de uma aprendizagem que atenda a todos, os responsáveis por esse processo (professores, supervisores, inspetores,

administradores e comunidade) devem explorar diferentes formas em sua prática, a fim de facilitar e estimular novas possibilidades de ação. Isso significa o interesse, a disponibilidade e a coragem dos envolvidos neste sistema educativo na implementação e desenvolvimento de novas estratégias que estimulem a autoconfiança, a autonomia e a iniciativa na tomada de decisões. Além disso, envolve a experimentação de métodos, a credibilidade em novas práticas de ensino e a liberdade na ação de educar.

Nestas circunstâncias, observa-se que cabe aos professores, supervisores e inspetores escolares o compromisso, a atitude e a competência ao verificar que os melhores recursos para o desenvolvimento da aprendizagem neste contexto de educação democrática e inclusiva são os seus próprios alunos. A realidade concreta que manifesta no ambiente escolar e na sala de aula: as experiências de cada um, o ambiente social em que vivem; as inspirações, os problemas enfrentados por cada aluno são fontes riquíssimas para a construção de um processo social de aprendizagem.

Reconhece-se, que a evolução e o desenvolvimento de novas práticas na escola dependem da cultura escolar e a maneira com são solucionados as resoluções de problemas. Este conjunto de práticas envolve dimensões não só organizacionais, mas psicológicas, técnicas, micro-políticas, formação, valorização da profissão, entre outros.

Percebe-se, perante reflexões, tentativas, inovações e debates surgem novas ideias, novos direcionamentos e progressos que apoiam os profissionais da educação e demais envolvidos no processo educativo. Assim, esses profissionais envolvidos no contexto educacional são incentivados a explorarem novas informações, e maneiras inovadoras de construir o conhecimento nas organizações de ensino e em sala de aula junto a seus alunos.

Enfatiza-se, a partir disso, que novas posturas devem ser construídas entre os inspetores educacionais e demais profissionais da educação diante de uma reestruturação do âmbito escolar envolvendo uma mudança de transformação associada ao trabalho de equipe e liderança. Isso quer dizer, que os gestores educacionais devem estimular e promover ambientes encorajadores do reconhecimento individual, no qual prevaleçam o respeito e a valorização da sua equipe. Neste processo, as funções de liderança são distribuídas por todo o grupo de trabalho gerando um clima facilitador na resolução de problemas.

Verifica-se, que transformar a escola a partir de uma proposta política de educação inclusiva e democrática é possível, mas exige mudanças e condições amplas, complexas e um processo lento com avanços e muitos retrocessos. Assim, é necessária uma reorientação significativa dos recursos como também dos esforços.

Neste processo, as instituições escolares em geral, progredem e passam a apoiar seus professores, especialistas educacionais e preocupam com o desenvolvimento do educando. Nessa dimensão passam a atuar e refletir sobre novas formas de construir a aprendizagem culminando numa reforma da educação restrita de forma a torná-la mais abrangente. Isto é, a busca na solução dos problemas conduz uma evolução do sistema de ensino que constituirá um benefício pra todos os sujeitos envolvidos no processo educacional.

Portanto, nessas observações, percebe-se que a formação desse especialista da Educação devem priorizar seus conhecimentos com uma visão social. Assim, o assunto Inspeção Escolar é de fundamental importância para a construção de novos paradigmas educacionais, no qual refletem nos processos de aprendizagem dos educandos. Diante disso, a discussão da temática nos faz refletir e indagar sobre a atuação deste profissional diante das constantes mudanças políticas educacionais.

## Referências

BARBOSA, Maria Rita Leal da Silveira. **Inspeção Escolar: um olhar crítico**. Ed. Composer Ltda, 2008.

BRASIL. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 23 dez. 1996.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 5.692/71**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 1971.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 4020/61.** Lei de diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 1961.

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO. **Parecer CEE nº 794 de 29 de dezembro de 1983.**

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia:** saberes necessários à prática educativa São Paulo: Paz e Terra, 1997.

FREITAS, Dirce Nei Teixeira de. Avaliação e gestão democrática na regulação da educação básica brasileira: uma relação a avaliar. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 28, n. 99, ago. 2007. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-73302007000200011&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302007000200011&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 13 set. 2009.

GADOTTI, Moacir & ROMÃO, José Eustáquio (Org.) **Autonomia da Escola:** princípios e propostas . São Paulo: Cortez/Instituto Paulo Freire, 1997.

PADILHA, Paulo Roberto. **Planejamento dialógico:** como construir o projeto político-pedagógico da escola .São Paulo: Cortez/Instituto Paulo Freire, 2001.

RISTOFF, Dilvo Ilvo. **Universidade em foco:** reflexões sobre a educação superior. Florianópolis: Insular, 1999.

SANTOS FILHO, Camilo dos. **Educação Geral na Universidade** (mimeo). Faculdade de Educação, Unicamp, 2006.

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO/MG. **Resolução SEE Nº 305 de 29 de dezembro de 1983.**

VEIGA, Ilma Passos Alencastro (Org.). **Licenciatura em Pedagogia:** realidades, incertezas, utopias. Campinas/SP: Papyrus, 1997, p.52-8.

\_\_\_\_\_. Inovações e projeto político-pedagógico: uma relação regulatória ou emancipatória?. **Cad. CEDES**, Campinas, v. 23, n. 61,dez. 2003. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010132622003006100002&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010132622003006100002&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 13 set. 2009

\_\_\_\_\_. Projeto político-pedagógico: novas trilhas para a escola. In: VEIGA, I.P.A.; FONSECA, M. (Org.). **Dimensões do projeto político-pedagógico:** novos desafios para a escola. Campinas: Papyrus, 2001.

Recebido em 28 de novembro de 2016.

Aceito em 30 de novembro de 2017.